



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANNA LAURA BONUTI NEUMANN

REPRIMARIZAÇÃO: Evidências sobre a Dependência de *Commodities* no Brasil

UBERLÂNDIA – MG

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANNA LAURA BONUTI NEUMANN

REPRIMARIZAÇÃO: Evidências sobre a Dependência de *Commodities* no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Soraia Aparecida Cardozo

UBERLÂNDIA – MG

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANNA LAURA BONUTI NEUMANN

REPRIMARIZAÇÃO: Evidências sobre a Dependência de *Commodities* no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª. Soraia Aparecida Cardozo

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 22 de abril de 2024

Prof^ª. Soraia Aparecida Cardozo
UFU/IERI - Orientadora

Prof. Carlos Alves do Nascimento
UFU/IERI – Examinador Interno

Prof^ª. Érica Imbirussú de Azevedo
UFU/IERI – Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vencida! Mais um ciclo que encerro com o coração cheio de gratidão e alegria.

Agradeço primeiramente a Deus por guiar os meus passos até aqui. À minha querida mãe, Silvia Eli Bonuti, e minha avó, Alice Rodrigues Bonuti, por nunca medirem esforços para que o meu sonho se tornasse realidade, por sempre apoiarem minhas decisões, por sempre confiarem em mim, por serem meus pilares e meus anjos da guarda nesta jornada acadêmica. Se não fosse vocês nada teria se tornado realidade.

Aos meus amigos e familiares, que são pessoas especiais e essenciais, que não pouparam esforços para que o sorriso que hoje carrego no rosto fosse possível. Me oferecem sempre o melhor que puderam me dar, através do olhar, palavra de incentivo, gesto de compreensão, atitude de segurança, mesmo quando me veio o desânimo.

À professora Soraia Aparecida Cardozo, que sempre me auxiliou durante esta jornada acadêmica, por todo companheirismo, persistência e ensinamentos compartilhados que foram de extrema importância para a construção deste trabalho.

Aos professores Carlos Alves do Nascimento e Érica Imbirussú de Azevedo, por aceitaram o convite para fazer parte da minha banca examinadora e por todas as contribuições feitas.

Por fim, gostaria de agradecer todo o corpo docente do Instituto de Economia e Relações Internacionais.

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar se há a ocorrência do possível processo de reprimarização na economia brasileira, para este fim propõe-se uma revisão literária que aborda o comércio internacional fazendo uma crítica ao liberalismo, e que aborda a periferia latino-americana. Foi feita uma revisão bibliográfica a respeito da inserção comercial brasileira e o possível processo de reprimarização da economia brasileira. Dessa forma, buscou-se consultar como o processo de abertura comercial e a nossa estrutura de comércio influenciaram as características da inserção comercial brasileira a partir da segunda metade da década de 1990 até a segunda década dos anos 2000, abordando, principalmente, o possível processo de reprimarização.

Palavras-chave: *Commodities*; dependência; pauta exportadora; pauta importadora; parceiros comerciais, reprimarização.

ABSTRACT

This article aims to analyze whether a possible reprimarization process is occurring in the Brazilian economy. To this end, a literature review is proposed that addresses international trade, criticizing liberalism, and that addresses the Latin American periphery. A bibliographic review was carried out regarding Brazilian commercial insertion and the possible reprimarization process of the Brazilian economy. Thus, we sought to consult how the process of trade liberalization and our trade structure influenced the characteristics of Brazilian commercial insertion from the second half of the 1990 to the second decade of the 2000, addressing, mainly, the possible reprimarization process.

Keywords: Commodities; dependence; export agenda; import agenda; commercial partners, reprimarization.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira, 1997 - 2022 (Valor FOB US\$ Milhões)	23
Gráfico 2 - Exportação Brasileira Anual – US\$ FOB Milhões	24
Gráfico 3 - Participação dos Setores no Total das Exportações Brasileiras (%).....	25
Gráfico 4 - Importação Brasileira Anual – US\$ FOB Milhões	27
Gráfico 5 - Saldo Comercial Setorial, 2008 - 2022 (US\$ FOB Milhões)	30
Gráfico 6 - Principais Destinos das Exportações Brasileiras, 2008 - 2022 (US\$ FOB Milhões)	32
Gráfico 7 - Principais Produtos Exportados para a China 2008 – 2022 (US\$ FOB Milhões) .	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais Produtos Exportados pelo Brasil 2008 – 2022 (US\$ FOB Milhões).....	26
Tabela 2: Principais Produtos Importados pelo Brasil 2008 – 2022 (US\$ FOB Milhões).....	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. COMÉRCIO INTERNACIONAL E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: breves apontamentos a partir de Prebisch e Fajnzylber	10
1.1. A deterioração dos termos de intercâmbio segundo Raul Prebisch.....	11
1.2. Industrialização com dificuldade de produção de bens de capital: a continuidade nas exportações de produtos primários nos países industrializados da América Latina segundo Fernando Fajnzylber.....	13
2. DIMENSÃO EXTERNA BRASILEIRA: abordagens sobre a inserção comercial e o possível processo de reprimarização brasileira.....	16
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	21
3.1. Balança Comercial Brasileira 1997-2022.....	22
3.2. Perfil da Pauta Exportadora Brasileira	23
3.3. Perfil da Pauta Importadora Brasileira	27
3.4. Análise Saldo comercial Setorial.....	30
3.5. Principais Parceiros do Brasil.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

A análise da inserção brasileira no comércio internacional é importante para avaliarmos seu papel para as contas externas brasileiras. A abertura comercial e financeira funcionou como um importante instrumento para estabilidade de preços durante o Plano Real. Entretanto, houve piora no saldo comercial no período. Na década de 2000 houve melhoria do saldo comercial. Essa pesquisa será importante para mostrar que, apesar da melhoria no saldo comercial, nossa inserção externa tornou-se mais dependente de *commodities*, contribuindo para os debates em torno do possível processo de reprimarização.

A partir das décadas de 1990 e 2000 começaram a surgir os estudos diante de uma possível reprimarização brasileira, perante a presença cada vez mais forte das *commodities* primárias na pauta exportadora brasileira. Consequentemente, os produtos industrializados e de médio-alto conteúdo tecnológico lideraram o *ranking* da pauta importadora. De maneira geral, é denominado de “reprimarização” o processo em que as exportações relativas de produtos primários são maiores do que as exportações relativas de produtos manufaturados e semimanufaturados, após ter ocorrido o processo inverso, ou seja, as exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados superaram as exportações de produtos primários.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o comércio internacional brasileiro e se há um possível processo de reprimarização da economia brasileira, a partir da abertura comercial e da estrutura de comércio brasileiro. Portanto, faz-se uma análise da balança comercial brasileira, bem como os perfis das pautas exportadora e importadora e os principais parceiros comerciais do Brasil. O recorte temporal principal do trabalho será o período de 1997 até 2022. O ano de 1997 foi escolhido com o objetivo de captar possíveis resultados da abertura comercial, da política macroeconômica (Plano Real) e outros fatores que influenciaram a nossa estrutura de comércio. Com os dados das duas primeiras décadas dos anos 2000 é possível analisar as características do comércio brasileiro diante de diversos fatores externos, como o fim da âncora cambial, boom de *commodities*, crise de 2013, pandemia do Covid-19, etc.

O problema da pesquisa consiste-se na indagação de como o processo de abertura comercial, a política macroeconômica e a nossa estrutura de comércio influenciaram as características da inserção comercial brasileira no período de 1997 a 2022.

Nos anos 1990, a política de comércio exterior brasileira testemunhou mudanças significativas. Este período foi marcado por um amplo processo de abertura comercial, que teve início durante o governo Collor. O ritmo desse processo de abertura foi determinado pela conjuntura econômica e política, levando o país a adotar posturas mais liberais, a fim de lidar com desafios internos (AVERBUG, 1999).

O artigo está organizado em três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção fará uma abordagem sobre o comércio internacional e a divisão internacional do trabalho utilizando as ideias de Raul Prebisch (1949) e Fernando Fajnzylber (1983; 2000). Os autores apontam que o progresso técnico foi dividido de forma desigual entre os países, este tópico abordará a periferia latino-americana, e dessa forma os países centrais que alcançaram maior progresso técnico aumentaram sua produtividade e assim aumentaram sua demanda por produtos primários.

A segunda seção deste artigo refere-se à dimensão externa brasileira abordando, principalmente, a inserção comercial brasileira e o seu impacto na economia e o possível processo de reprimarização da economia brasileira.

A última seção será destinada para apresentação e análise dos dados. Contudo ela está dividida em cinco tópicos, sendo eles: I) balança comercial; II) perfil da pauta exportadora; III) perfil da pauta importadora; IV) saldo setorial presente na balança comercial; V) principais parceiros comerciais do Brasil.

1. COMÉRCIO INTERNACIONAL E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: breves apontamentos a partir de Prebisch e Fajnzylber

Este tópico fará uma abordagem sobre a teoria do comércio internacional fazendo uma crítica ao liberalismo, e que abordam a periferia Latino Americana. Sendo assim, será analisado o desenvolvimento do progresso técnico, bem como o fato de ele ter sido concentrado principalmente nos centros industrializados sem serem deslocados para os países que compõem a periferia do sistema econômico mundial. Atrelado aos estudos para se compreender a internacionalização do progresso técnico e das inovações, será feita uma análise sobre a dinâmica da indústria de bens de capital.

1.1. A deterioração dos termos de intercâmbio segundo Raul Prebisch

Quando o tema progresso técnico é abordado, principalmente quando se trata da América Latina, recorre-se às reflexões de Raul Prebisch. Prebisch foi um grande autor proeminente na formulação do pensamento cepalino, que criticava o antigo esquema da divisão internacional do trabalho na América Latina. Ele argumentava que a economia global estava estruturada de maneira desfavorável para os países em desenvolvimento, assim como os países da América Latina.

Para Prebisch (1949) algumas premissas referentes ao progresso técnico e à divisão internacional do trabalho se tornam de incontestável validade teórica. A divisão internacional do trabalho se baseava na premissa de que o fruto do progresso técnico tenderia a se distribuir de maneira igualitária por toda a coletividade, podendo ser através da queda dos preços, ou do aumento da renda. Essa premissa da divisão internacional do trabalho é falha, pois os benefícios do progresso técnico não foram distribuídos de forma igual entre os grandes países e os ainda em industrialização.

[...] Ou seja, se por coletividade se entende somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico se distribui gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grande erro (PREBISCH, 1949, p. 72).

Na medida em que os benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram aos países periféricos da mesma forma em que chegaram até a população dos grandes países começaram a surgir as diferenças nos padrões de vida da população destes países. Prebisch (1949) considerou, então, que era primordial a industrialização dos novos países, pois seria por este meio que seria possível adquirir uma parte do fruto do progresso técnico e conseguir elevar o padrão de vida.

O autor considera que quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, a produtividade do trabalho poderá ser elevada, por intermédio de uma formação de capital. Para se conseguir a formação de capital seriam necessários a industrialização e o progresso técnico, e refrear o consumo das grandes massas. Prebisch (1949) menciona que além da poupança, seria possível que investimentos estrangeiros bem encaminhados contribuíssem para o aumento da produtividade por trabalhador.

As atividades econômicas dos países da América Latina aumentaram no pós-guerra, isso fez com que se elevasse consideravelmente o nível de emprego. O alto nível de emprego exige maiores importações, podendo ser de artigos de consumo, matérias-primas e bens de capital. E, em alguns casos, as exportações se tornam insuficientes.

Como mencionado anteriormente, o progresso técnico foi mais acentuado na indústria dos países centrais do que na produção primária dos países da América Latina, logo ocorreu um aumento na produtividade dos grandes países, portanto com o aumento da produtividade estimulou-se a demanda de produtos primários, tornando-se um fator importante para o crescimento da América Latina. Contudo, se tivesse ocorrido quedas nos preços de acordo com o aumento da produtividade, essa queda seria menor nos produtos primários do que nos industrializados, portanto, a relação de preços entre ambos seria a favor dos países da periferia.

Desde meados da década de 1870 os preços se moviam contra a produção primária. Prebisch (1949) cita em seu texto:

Nos anos 1930 só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquirível nos anos 1960 com a mesma quantidade de produtos primários; ou seja, necessitava em média, de 58,6% mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de produtos finais da indústria. Portanto, caso tivesse ocorrido o declínio dos preços juntamente com a redução de custos provocada pelo aumento da produtividade a relação preço não seria tão adversa à periferia. Com isso, ocorreu o aumento das rendas dos empresários e dos fatores produtivos nos centros industriais, cresceu mais do que o aumento da produtividade, e na periferia, menos do que seu aumento correspondente (PREBISCH, 1949, p. 82).

Contudo, os preços não diminuíram de acordo com o progresso técnico, pois, embora o custo de vida tende a se reduzir com o aumento da produtividade, a renda dos empresários e dos fatores produtivos elevaram-se. Sendo assim, quando o aumento na renda supera o aumento na produtividade, os preços aumentam em vez de diminuírem (PREBISCH, 1949).

Nesse sentido, Prebisch argumentou que essa especialização na exportação de produtos primários tornava os termos de troca desfavoráveis para os países latino-americanos. Isto é, os preços dos produtos primários que os países da América Latina exportavam, na maior parte dos casos, diminuía em relação aos preços dos produtos manufaturados que importavam, contribuindo para a perpetuação da pobreza e do subdesenvolvimento na região.

1.2. Industrialização com dificuldade de produção de bens de capital: a continuidade nas exportações de produtos primários nos países industrializados da América Latina segundo Fernando Fajnzylber

Fajnzylber (1983) fez uma abordagem comparativa entre o padrão de industrialização da América Latina e dos países avançados do Sudeste Asiático. O autor destacou que nas décadas de 1930, 40 e 50, a industrialização apresentou resultados relevantes. E após um considerável crescimento industrial juntamente com o processo de urbanização, chegou a década de 70, onde foi observado um desapontamento a respeito dos resultados da industrialização. Nesse sentido, o autor destaca:

Pode-se dizer que a industrialização passa de um lugar privilegiado para uma posição de questionamento. Interessa, então, avançar na compreensão das especificidades desta industrialização que poderia contribuir para explicar a erosão dessa ideia que desempenha uma função paradigmática há menos de três décadas e que já no final dos anos de 1960 experimentou uma primeira crise de identidade, para chegar ao final da década de 1970 em meio de uma crise geral de confiança (FAJNZYLBBER, 1983, p. 149).

Fajnzylber (1983) tem como ponto de partida a análise do papel estratégico que a indústria de bens de capital teve no crescimento industrial das economias desenvolvidas, para posteriormente fazer um balanço desse setor na América Latina, onde ele identificou falhas e distorções. Segundo o autor, a ausência de um setor de bens de capital suficientemente desenvolvido tinha sido uma das causas principais do déficit comercial crônico que essas economias experimentaram (PAIVA, 2006).

Foi observado que entre os anos de 1955 e 1975 a indústria dos Estados Unidos cresceu a uma taxa média anual de 2,8% e a Europa Ocidental a uma taxa de 4,8% enquanto a América Latina tinha um ritmo de crescimento de 6,9% anual, uma taxa inferior aos 9,8% dos países socialistas e aos 12,2% do Japão. Em 1950, o grau de industrialização da América Latina era de 20%, o Brasil superou esse grau de industrialização chegando à 22%. O Brasil foi o único dos países que teve uma industrialização relativamente avançada que coincidiu com a taxa de crescimento rápido (FAJNZYLBBER, 1983).

No período de 1950 e 1978, Brasil e México elevaram sua participação na oferta industrial da América Latina, sendo de 42,1% em 1950 para 61,8% em 1978. Apesar de o Brasil ser um país no qual a modernização e a transformação industrial o colocaram em uma posição

de liderança na região, os dados mostraram que os indicadores de pobreza se elevaram. No Brasil 35% da população urbana e 73% da população rural estão na linha pobreza, enquanto na América Latina como um todo a porcentagem é 25% e 62% respectivamente (FAJNZYLBER, 1983).

Fajnzylber examinou os efeitos da industrialização precária na América Latina sobre a desigualdade social. Argumentando que, em muitos casos, a industrialização não contribuiu para a redução das disparidades de renda e riqueza, mas, ao contrário, agravou as desigualdades existentes.

Fajnzylber (1983) ressalta que o incremento de produtividade nos setores de bens de capital e de consumo duradouro e intermediário é mais acentuado do que nos setores de bens de consumo não duradouros. Ele destaca ainda que, tal como nos países desenvolvidos, os setores mais dinâmicos são aqueles onde a produtividade cresce mais acentuadamente, logo, apresentam maior poder de criação de empregos. Verificou-se que nos ramos da indústria metal-mecânica foi onde houve uma maior geração de empregos.

Os bens de capital eram produzidos, em maior proporção, por empresas subsidiárias de empresas produtoras de bens de capital dos países avançados, as quais tinham o papel tanto de produtoras quanto de importadoras. Essa situação gerava implicações diante do desenvolvimento tecnológico e nas decisões nacionais entre a produção local e importar (Fajnzylber, 1983).

O setor de bens de capital desempenha um papel relevante na industrialização de um país ou região. Os bens de capital, como máquinas, equipamentos e tecnologias, são essenciais para aumentar a capacidade produtiva e promover o desenvolvimento industrial. Os bens de capital podem ser uma estratégia para impulsionar a industrialização, permitindo que as indústrias locais tenham acesso a tecnologias mais avançadas e aumentem sua eficiência produtiva. Porém, também pode levar à dependência externa e à vulnerabilidade econômica, caso a capacidade de produção interna não seja desenvolvida ao longo do tempo.

Ainda, de acordo com o autor, o padrão de industrialização da América latina pode ser determinado das seguintes características:

- (a) participação no mercado internacional baseada em superávit comercial gerado nos recursos naturais, na agricultura, na energia e na

mineração, e um déficit comercial sistemático no setor manufatureiro (com exceção do Brasil, a partir de 1982); (b) estrutura comercial concebida e impulsionada, fundamentalmente, com vistas ao mercado interno; (c) aspiração a reproduzir o estilo de vida dos países avançados, tanto no plano do consumo quanto, em graus variáveis, no da produção interna; e (d) pequena valorização social da função empresarial e liderança precária do empresariado nacional, público e privado, nos setores cujo dinamismo e conteúdo definem o perfil industrial de cada país (FAJNZYLBBER, 2000, p. 858).

Fajnzylber (2000) destaca que a incorporação do progresso técnico na América Latina foi insuficiente:

Ao que parece, portanto, o traço central do processo de desenvolvimento latino-americano é a incorporação insuficiente do progresso técnico— sua contribuição escassa de um pensamento original, baseado na realidade, para definir o leque de decisões que a transformação econômica e social pressupõe (FAJNZYLBBER, 2000, p. 857).

Para Fajnzylber (1983) a presença de empresas transnacionais foi uma demonstração de precariedade do empresário industrial que contribuiu para definir a política industrial dos países latino-americanos. Visto que essas empresas exerciam liderança nos setores, especialmente, nos setores que definiam o perfil do crescimento industrial. Contudo, o autor ressalta também a existência de grupos de empresários nacionais que detinham potencial para inovação tecnológica.

No entanto, a fragilidade da industrialização latino-americana estaria ligada à fraqueza do “núcleo endógeno.” Referindo-se à ausência de uma liderança na construção de um potencial endógeno, capaz de se adaptar, inovar, e competir internacionalmente em diversos setores industriais.

Por fim, esta seção abordou dois grandes autores do pensamento cepalino. Apesar da diferença temporal entre os estudos dos autores Prebisch e Fajnzylber, ambos abordam sobre os problemas estruturais da América Latina ao se inserirem no comércio internacional. Prebisch expõe sua teoria de deterioração dos termos de troca, que para ela são desfavoráveis para os países em desenvolvimento uma vez que eles veem os preços dos bens primários, de suas exportações, caírem enquanto os preços dos bens manufaturados, que são importados, aumentam. Fajnzylber (1983) fez uma análise comparativa entre o padrão de especialização da América Latina com os países avançados do Sudeste Asiático. O autor destacou que nas décadas de 1930,40 e 50 a América Latina alcançou níveis elevados de industrialização, mas inferiores

aos níveis dos países asiáticos. Para o autor o Brasil foi um dos poucos países da América Latina a terem uma industrialização avançada, apesar disso, o Brasil apresentou indicadores elevados de pobreza. Foi abordado que a presença de empresas estrangeiras dificultava o processo de industrialização, pois elas seguiam o padrão dos países avançados, além de desempenharem o papel de produtoras e importadoras.

2. DIMENSÃO EXTERNA BRASILEIRA: abordagens sobre a inserção comercial e o possível processo de reprimarização brasileira

O Brasil é um país conhecido por ser um grande exportador de *commodities* agrícolas, minerais e produtos manufaturados, como soja, carnes, minério de ferro, açúcar, café, aviões, automóveis, entre outros. No Brasil e em outros países da América Latina o comércio e o crescimento não foram contínuos da mesma forma em que aconteceu com os países desenvolvidos, contribuindo ainda mais para o crescimento da desigualdade em tais regiões.

Nesse sentido, a industrialização brasileira é considerada tardia, pela razão do surgimento das primeiras indústrias terem sido um século após o surgimento delas na Europa. As primeiras manufaturas foram constituídas no território nacional durante o século XIX, mas foi a partir da década de 1930 que o processo ganhou força.

Até o período da Grande Depressão de 1929, assim conhecida pelo fato de ter sido uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional, o Brasil dependia abundantemente da exportação de gêneros agrícolas, principalmente o café. Contudo, com a Grande Depressão de 1929 os Estados Unidos diminuíram drasticamente sua demanda pelo café, acarretando a crise do café no Brasil e essa causando uma crise política, resultando na Revolução de 1930. Em 1930 Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, ele foi o responsável por iniciar a política industrial de substituição de importações, ou seja, a substituição de produtos importados por bens fabricados no território nacional. Nesse sentido, em seu governo ele priorizou a implantação de indústrias estatais. O saldo desse processo foi a rápida ascensão da indústria, que passou a ser o principal fator dinâmico da economia brasileira.

Para Tavares (1963) as transformações que ocorreram na estrutura produtiva com o processo de industrialização via substituição de importações restringiram-se ao setor industrial sem modificar as condições do setor primário. Desta forma, preservou-se a base exportadora precária e sem dinamismo, o que pode ser uma das causas do estrangulamento externo.

Como destaca Sarti; Hiratuka (2011, p. 2), “o setor industrial foi o motor de crescimento econômico brasileiro entre as décadas de 1950 a 1980, quando o país constituiu uma estrutura industrial relativamente diversificada, integrada e impulsionada pelo mercado doméstico”. O período de 1968 a 1973 ficou conhecido no Brasil como “milagre econômico”, pois foi um período de alto desenvolvimento econômico e elevados índices de crescimento, além de conseguir conter o aumento a inflação, fazendo com que ocorresse queda da mesma. A década de 1980, conhecida como “década perdida”, foi um período em que o Brasil estava estagnado em uma profunda crise econômica, marcado pela hiperinflação, elevação da dívida pública e interrupção do crescimento do PIB.

Sendo assim, no início da década de 1990 a economia brasileira estava marcada por um período delicado, com alta inflação, baixos índices de crescimento do produto, má distribuição de renda, e uma grande dívida externa a pagar, principalmente por conta da “Década Perdida”. Logo, ainda no início da década foi elaborado um amplo processo de abertura comercial, onde pelo menos quatro décadas de forte proteção contra as importações foram desprezados.

Com a abertura comercial, uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior foi estabelecida, resultando na significativa redução das barreiras não tarifárias que haviam sido implementadas durante o processo de substituição de importações. Essas medidas impulsionaram os fluxos comerciais, levando à intensificação das relações comerciais e, eventualmente, à criação do Mercosul. A partir de 1995, com a implementação do Plano Real, a gestão da política de importações passou a ser guiada pelos objetivos de estabilização de preços e proteção dos setores que foram mais impactados pela abertura (AVERBUG, 1999). Com a redução da competitividade industrial houve o aumento da participação do setor exportador primário no processo da inserção comercial.

O Plano Real obteve êxito ao conter a inflação em 1994. No entanto, a estratégia adotada para manter a estabilidade trouxe consigo implicações que geraram desafios econômicos significativos. A implementação de políticas deflacionárias, como taxa de juros elevadas e investimentos estatais reduzidos, combinadas a uma taxa de câmbio semi-fixada sobrevalorizada acarretou problemas para a economia. Essas políticas contribuíram para uma série de questões, incluindo desaceleração do crescimento econômico, a deterioração da competitividade das exportações, o aumento do desemprego e a ampliação das disparidades sociais.

Todavia, a partir de 1995 a balança comercial brasileira apresentou saldo comercial negativo, sendo que este vinha sendo positivo desde a década de 1980. Ou seja, podemos notar que a demanda interna se deslocava para os produtos importados, com a abertura comercial e com a política macroeconômica, onde o real estava valorizado, as taxas de importações cresceram drasticamente, contribuindo para este saldo negativo.

Cano (2012) expõe que os déficits gerados no decorrer da década de 1990 foram revertidos após a crise cambial de 1999 em decorrência, principalmente, do aumento das exportações de produtos primários. No período 2004-2007 a balança comercial apresentou superávits médios de US\$ 42 bilhões, porém esses superávits diminuíram no período 2008-2011 por conta do aumento das importações de produtos industriais. Após o abandono do regime de metas cambiais em 1999, ocorreu um processo de *overshooting* da taxa de câmbio. A desvalorização do câmbio inibiu as importações de bens e serviços contribuindo para a melhora da balança comercial, onde o saldo tornou-se positivo em 2001 (OLIVEIRA; GOMES, 2018).

A partir da década de 2000 o Brasil reassumiu uma maior especialização em produtos básicos, esses produtos tiveram participação nas exportações totais de 20 a 30% na década de 1990, já na década de 2000 essa participação saltou para 40%. Essa especialização em produtos básicos resultou em um declínio da participação industrial, especialmente dos produtos manufaturados, nas exportações brasileiras (SARQUIS, 2011). Sarquis (2011) aborda algumas causas que corroboraram para este declínio:

(a) a insuficiência de continuados ganhos de produtividade industrial, seja dos oriundos da abertura e da maior competitividade da economia, seja dos originados das fontes primárias de inovação de processos e produtos industriais; (b) a deterioração das condições internacionais de competitividade do Brasil no setor industrial e/ou o esgotamento dos ganhos nesse setor, mesmo no âmbito regional, sem que houvesse a indústria brasileira maturado capacidade de projetar-se globalmente, exceto em alguns nichos; e (c) o dramático aumento da demanda externa por produtos básicos, acompanhado da expansão da produtividade nesse setor e de commodities em geral, em termos tanto comparados internacionais como relativos ante os setores industriais brasileiros (SARQUIS, 2011, p. 102).

Segundo Carneiro (2002), a mudança gerada pela abertura foi de uma especialização da estrutura produtiva presente na elevação do coeficiente importado de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998. Por outro lado, o coeficiente exportado não se ampliou da mesma maneira que o

coeficiente importado para ser capaz de compensar a perda de mercados domésticos. Nesse sentido, o autor considera que a especialização significou perda de densidade produtiva nos setores responsáveis pela produção do capital, causando dependência de importação para a economia brasileira.

Seguindo a linha de análise do desempenho da indústria brasileira no período pós década de 1990, Laplane e Sarti (1997) apontam um crescimento desigual entre os setores da indústria. Os autores citam que o crescimento dos segmentos de bens de capital de fabricantes de matérias-primas, insumo e componentes não foram da mesma intensidade que dos setores de bens de consumo duráveis e o de bens não duráveis. Ou seja, enquanto aqueles sofreram uma crescente retração dos níveis de atividades, esses apontaram crescimento.

Os autores julgam que esse desempenho desigual entre estes setores, bem como a retração de insumos e componentes, é resultado do processo de especialização das grandes empresas, as quais aumentaram suas importações de peças e componentes, principalmente após a abertura comercial, em 1990, e com a apreciação cambial.

Este processo de especialização resultou na redução dos índices de nacionalização dos bens finais (automóveis, eletrodomésticos, eletrônicos de consumo, informática, vestuário) provocando a redução de linhas de produção, substituindo os fornecedores nacionais por fornecedores estrangeiros. Como consequência tem-se o aumento das importações de matérias-primas, componentes e dos bens finais (LAPLANE; SARTI, 1997).

Autores como Lamonica e Feijó (2011); Gonçalves (2011); Oreiro e Marconi (2014) abordam que após a abertura comercial, ocorrida em 1990, o comércio exterior brasileiro apresentou redução nas exportações de produtos manufaturados, ao mesmo tempo em que as exportações de produtos básicos aumentaram. Oreiro e Feijó (2010) consideram que a apreciação cambial e a descoberta de recursos naturais escasso em determinadas regiões podem resultar na especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais. Sendo assim, essa composição na pauta de exportação causou debates em relação a uma possível “reprimarização” da economia brasileira.

Veríssimo e Xavier (2013) argumentam que as exportações que são baseadas em recursos naturais levam à uma apreciação cambial prejudicando as exportações dos setores manufaturados e resultando em menores crescimento no longo prazo.

De acordo com Gonçalves (2001) apesar do crescimento da produtividade industrial ter sido maior do que a produtividade agrícola, os produtos agrícolas brasileiros mostraram forte tendência de aumento da competitividade internacional ao longo dos anos 1990. Nesse sentido, a participação média dos produtos manufaturados reduziu-se de 55,1% no período de 1990 – 1994 para 53,1% no período de 1995 – 1998, em contrapartida a participação dos produtos agrícolas aumentou de 29,8% para 33,8% no mesmo período observado.

Gonçalves (2011) aborda que todos os perfis de agregação de valor mostraram exportações crescentes no período 1997-2010, mas quando observamos o crescimento por intensidade tecnológica, quanto maior a intensidade da transformação industrial menor o crescimento verificado. Esse crescimento acelerado dos produtos básicos fez com que sua participação nas exportações se elevasse, saltou de 29% em 1997 para 47% em 2010, enquanto os semimanufaturados e os manufaturados apresentaram quedas em suas participações. O autor sintetiza que diante do aumento nas vendas dos produtos básicos ficou explícito o processo de reprimarização.

As exportações de *commodities* iniciaram uma trajetória crescente na década de 2000 mostrando sua importância na composição do saldo da balança comercial brasileira. Nessa mesma década os preços das *commodities* aumentaram frente ao mercado internacional, favorecendo para um processo de especialização das exportações brasileiras em produtos intensivos em recursos naturais (SOUZA; VERÍSSIMO, 2013).

O crescimento econômico da China e a desvalorização do dólar foram fatores que contribuíram para o aumento no preço das *commodities* no período 2002-2006. O crescimento econômico rápido da China, conhecido como “efeito-China” impulsionou a demanda por *commodities* básicas, como petróleo, metais, alimentos e energia. O dólar americano estava relativamente fraco em comparação com outras moedas importantes, como o euro e o iene, o que tornou as *commodities* mais baratas para os compradores estrangeiros (PRATES; MARÇAL, 2008).

O crescimento econômico da China a partir de 2002 era composto por setores intensivos em *commodities* metálicas e industriais. Com o seu crescimento populacional pressionou-se a demanda por bens alimentícios e demais *commodities* agrícolas (PRATES; MARÇAL, 2008). Como exposto por Hiratuka e Sarti (2017) o desenvolvimento econômico que a China atingiu

não só a posicionou como grande produtor de manufaturas industriais, mas também como um grande importador de insumos e matérias-primas industriais e de bens de capital.

De acordo com Cano (2012) as relações comerciais entre a China e a América Latina foram caracterizadas com a relação clássica centro-periferia por conta da nova divisão internacional do trabalho, da elevada produtividade e do câmbio desvalorizado. A pauta importadora chinesa é composta por produtos primários, grande parte oriundos do Brasil, e a pauta exportadora por produtos manufaturados.

A complexidade da pauta exportadora brasileira diminuiu ampliando-se a exportação de bens intensivos em recursos naturais, em contrapartida a complexidade da pauta importadora em bens intensivos em tecnologia aumentou (PIRES, 2017; CARDOZO, 2018). Portanto, podemos levar em consideração as ideias abordadas por Oreiro e Feijó (2010) onde os autores apontam que o padrão de especialização da estrutura produtiva modificou-se em direção das atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico.

Nascimento, Cardozo e Cunha (2009) apontam em seu trabalho que, no período abordado de 1983 a 2006, as *commodities* primárias foram as responsáveis pela manutenção dos superávits comerciais, revelando assim dependência ininterrupta de exportações de *commodities* primárias.

Diante de todas as exposições feitas anteriormente no que diz respeito ao aumento da produção de *commodities* primárias em paralelo ao aumento de suas exportações e conseqüentemente o aumento na dependência de importação de bens intensivos em conteúdo tecnológico, Gonçalves (2001) conclui que a reprimarização pode ser vista diante de dois aspectos: “o primeiro é a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. O segundo é a mudança da estrutura de exportação com maior participação dos produtos agrícolas e a menor participação dos manufaturados” (GONÇALVES, 2001, p.5).

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção analisa as principais características das pautas de importação e exportação brasileiras. Foram utilizados dados referentes à balança comercial brasileira, perfil da pauta exportadora, perfil da pauta importadora, saldos comerciais desagregados e parceiros

comerciais, utilizando as bases de dados Comex Stat e Secretaria de Comércio Exterior / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

3.1. Balança Comercial Brasileira de 1997 a 2022

O gráfico 1 nos mostra a balança comercial brasileira, sendo esta a união das contas de importação e exportação de um país. O saldo da balança comercial pode ser tanto positivo quanto negativo. Quando o saldo é positivo temos que os valores das exportações são maiores do que os valores das importações, havendo um superávit. Quando o saldo da balança comercial se torna negativo temos um resultado inverso à situação anterior, ou seja, os valores das importações são maiores do que os valores das exportações, logo, ocorrerá um déficit.

Nesse sentido, podemos observar que ocorreu uma acumulação de déficits comerciais no período de 1997 a 2000. Como abordado por Cano (2012), os saldos negativos gerados na década de 1990 foram revertidos após a crise cambial em 1999, em decorrência do aumento das exportações de bens primários. O saldo comercial se tornou positivo em 2001, a partir de 2002 podemos observar que as exportações apresentaram uma trajetória crescente, associada à alta dos preços das *commodities* (PRATES; MARÇAL, 2008).

A partir de 2008 temos uma oscilação decrescente do saldo comercial. De acordo com Cano (2012), a queda do saldo comercial no período 2008-2011 foi em decorrência do aumento das importações de produtos industriais. A crise internacional afetou o saldo comercial em decorrência, não só, da perda de competitividade da indústria brasileira no mercado internacional, mas também pelo aumento das importações de produtos industrial de alta-média tecnologia (CARDOZO, 2018).

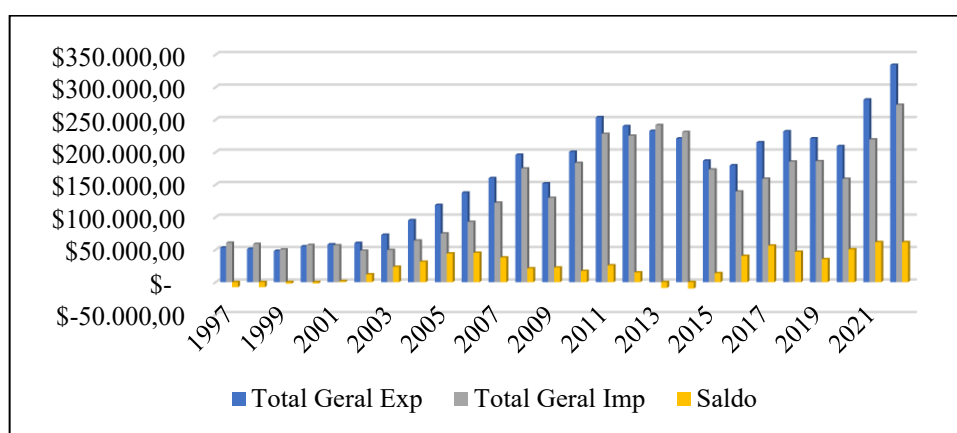
Nos anos de 2013 e 2014 o saldo comercial se tornou deficitário, os anos de 2013 e 2014 foram marcados pelo início de uma crise política e econômica, onde o país entrou em uma recessão técnica com queda da produção industrial. Temos que as exportações no ano de 2013 foram de US\$ 232.544 bilhões enquanto as importações foram de US\$ 241.500 bilhões, essa que no ano anterior foi de US\$ 225.166 bilhões. Contudo, o saldo comercial em 2013 foi de US\$ -8.956 bilhões.

O ano de 2014 ficou marcado com o maior saldo deficitário em quatorze anos, no referido ano as exportações somaram um valor de US\$ 220.923 bilhões enquanto as importações somaram US\$ 230.823 bilhões, gerando assim um saldo de US\$ -9.899 bilhões.

São citados alguns fatores que contribuiram para se explicar tal déficit, como queda no preço das *commodities*, principalmente do minério de ferro; crise econômica na Argentina, um dos principais compradores do Brasil; e os gastos relacionadas às importações de combustíveis.

Em 2015 temos a recuperação do déficit comercial acumulando saldo de aproximadamente US\$ 13,6 bilhões, desse período em diante temos a acumulação de superávits comerciais até 2022, o último ano da análise. Apesar de a pandemia do Covid-19 ter impactado todas as econômicas, o pico superavitário foi em 2022 com aproximadamente US\$ 61,5 bilhões.

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira 1997 – 2022 (Valor FOB US\$ Milhões)

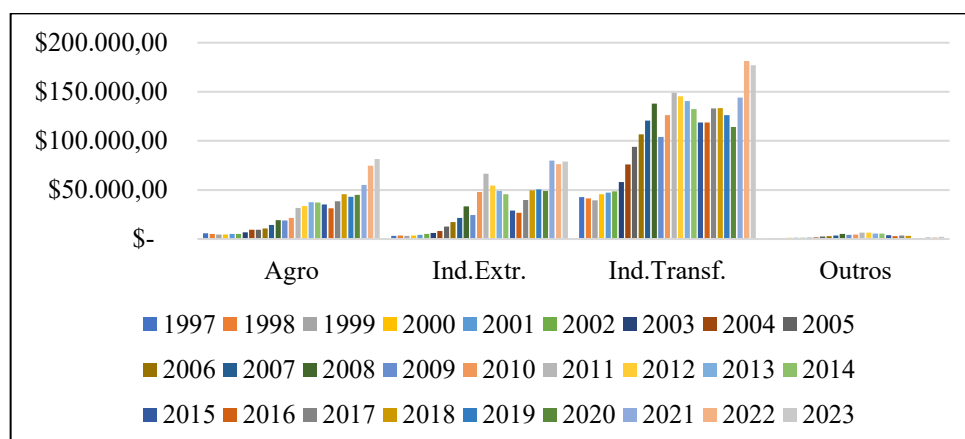


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

3.2. Perfil da Pauta Exportadora Brasileira

Para análise dos dados tanto da pauta exportadora quanto da pauta importadora serão utilizados dados que correspondem à Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas (ISIC). Essa classificação é constituída por quatro divisões, sendo elas: Agropecuária, Indústria Extrativa, Indústria de Transformação e Outros.

Gráfico 2 - Exportação Brasileira Anual – US\$ FOB Milhões.



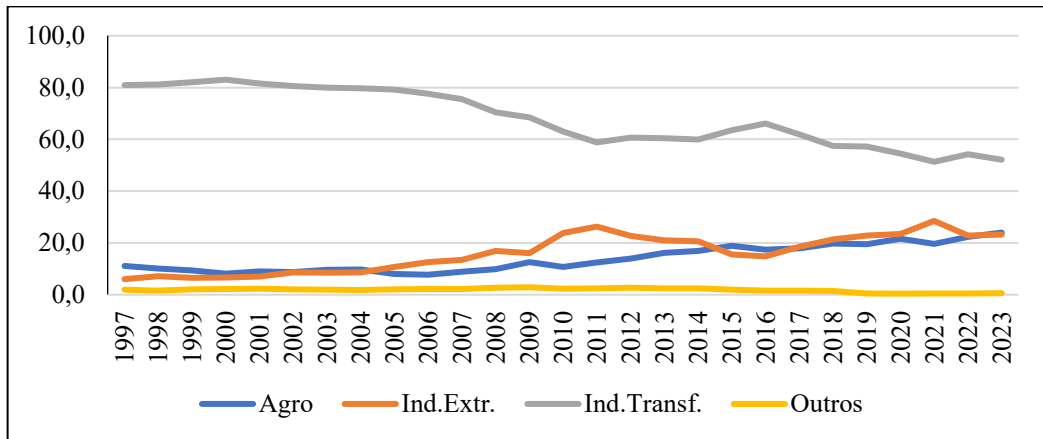
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

É possível verificar a partir do gráfico 2 que as exportações da indústria de transformação lideram a pauta exportadora brasileira, apesar de o crescimento ter sido expressivos também nas categorias agropecuária e indústria extrativa.

Temos que o crescimento nos valores das vendas dos produtos exportados na agropecuária foi de 13,89 vezes maior em 2023 do que em 1997, na indústria extrativa o crescimento foi de 24,73 e na indústria de transformação esse crescimento foi de 4,13.

O gráfico seguinte, gráfico 3, nos mostra a participação dos setores no total das exportações brasileiras. Diante dele podemos observar que a indústria de transformação vem sofrendo uma queda contínua, ou seja, no início do período (1997) abordado a indústria de transformação tinha uma participação de 80,9% nas exportações e no final do período (2023) a participação foi de 52,1%, tendo uma queda de 28,8 pontos percentuais (p.p) no período abordado. Ao contrário da indústria de transformação, a agropecuária e a indústria extrativa indicaram uma tendência crescente no total das exportações brasileiras, crescimento de 12,9 p.p e 17,2 p.p respectivamente.

Gráfico 3 - Participação dos Setores no Total das Exportações Brasileiras (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

Diante dos dados do gráfico 3 podemos observar que há uma tendência de um possível processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira. Ao passo em que a participação da indústria de transformação no total das exportações brasileiras vem enfrentando uma queda, a participação das exportações relacionadas a agropecuária e a indústria extrativa vem crescendo e ganhando cada vez mais espaço, setor da agropecuária principalmente. Esse cenário, a partir do ano 2000, se soma à demanda da China por produtos como minério de ferro, petróleo, carne e soja, em meio ao forte crescimento do país asiático.

Nesse sentido, podemos recapitular às reflexões de Fajnzylber (1983), elas abordam que o processo de industrialização apresentou trajetória crescente até meados da década de 1960, mas a partir da década de 1970 os resultados não eram favoráveis. No entanto, a partir do gráfico 3 é perceptível que a queda dos bons resultados da industrialização se perdurou até a primeira metade da década de 2000.

É importante destacar que a queda contínua da participação da indústria de transformação nas exportações está relacionada com a perda de dinamismo e competitividade da indústria brasileira, principalmente indústria de transformação, frente ao mercado internacional. Mas entre 2010 e 2016 essa queda foi amenizada, apresentando até uma tendência de crescimento entre 2014 e 2016.

O triênio 2020 – 2022 foi marcado pela crise da pandemia do COVID-19. Em 2021 as *commodities* estavam em alta em meio à pandemia, sendo que a soma da agropecuária e mineração superou a manufatura no PIB brasileiro pela primeira vez em décadas. A tendência se manteve em 2022 com os efeitos da guerra da Ucrânia.

Nascimento; Cardozo; Cunha (2009) abordam em seu trabalho que os produtos intensivos em recursos naturais tiveram expressiva participação na pauta exportadora brasileira. Nesse sentido, mostram que o modelo de (sub)desenvolvimento brasileiro necessita de saldos positivos resultante dos recursos naturais.

Tabela 1 - Principais Produtos Exportados pelo Brasil 2008-2022 (US\$ FOB Milhões)

	2008	2013	2018	2022
Soja	10.952.173.105	22.812.299.141	33.055.027.250	46.558.539.814
Óleos de petróleo	13.682.759.497	12.956.638.294	25.251.318.666	42.553.765.476
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	11.053.596.434	25.996.245.937	16.718.804.465	25.734.247.774
Milhos	1.321.949.927	6.250.332.101	3.918.293.120	12.074.898.593
Carne bovina congelada	3.680.676.516	4.496.980.959	4.556.560.511	10.937.062.070
Açúcares, beterraba ou cana	3.649.087.175	9.163.701.745	5.390.385.459	9.529.640.979
Café	4.130.874.227	4.580.018.746	4.360.011.918	8.514.095.681
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado	5.999.833.674	7.192.359.196	5.996.435.892	8.887.667.040
Veículos automóveis	4.915.215.915	5.484.726.517	5.140.959.736	4.634.812.474
Algodão	695.411.311	1.106.216.238	1.686.619.402	3.676.362.287

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

A tabela 1 demonstra os dez principais produtos exportados pelo Brasil para realizar uma análise mais detalhada da pauta exportadora brasileira. A tabela nos mostra a evolução dos bens primários na pauta exportadora. Com exceção dos “produtos semiacabados de ferro ou aço” e “veículos automóveis”, os outros produtos podem ser classificados como produtos intensivos em recursos naturais e de baixo valor tecnológico.

A queda das exportações de alguns bens a partir de 2011 está conectada com a desaceleração da China, que viveu um processo de transição para um novo modelo econômico que valoriza o mercado interno.

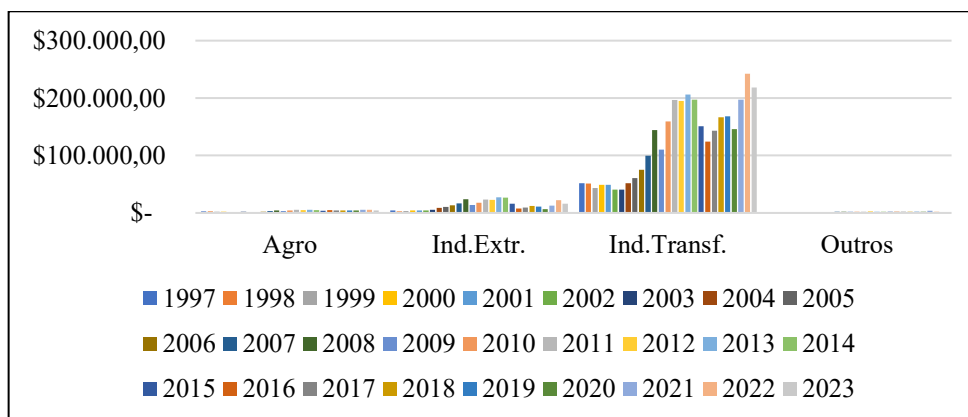
As exportações brasileiras apresentam elevação considerável das *commodities* primárias, manifestando a existência de uma tendência estrutural devido à grande presença de produtos primários na pauta exportadora brasileira (CARDOZO, 2018). Atualmente, o mercado de *commodities* brasileiro apresenta como destaque a produção de soja, petróleo, minério de ferro, açúcares e carne bovina. Nesse sentido, os dados da tabela 1 reforçam o que foi tratado na segunda seção deste artigo quanto ao possível processo de reprimarização do Brasil, onde o padrão de especialização da estrutura produtiva aparenta estar em direção das atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Exemplo de fatores que influenciam essa elevada produção de *commodities* primárias é a demanda de outros países por determinados bens. Os EUA detinham 23,9% das exportações brasileira em 2000, chegando a 12,6% em 2015 e 11% em 2022, já a China apresentou participação de 2% em 2000, passando a ser 19% em 2015 e em 2022 essa participação já estava em 22% (CARDOZO, 2018). Devido ao seu rápido crescimento resultando em um aumento na demanda externa por alimentos, a China tornou-se um grande importador de produtos agrícolas, principalmente do Brasil.

3.3. Perfil da Pauta Importadora Brasileira

No que tange às importações brasileiras, podemos observar, a partir do gráfico 4, uma diferença em relação aos dados obtidos sobre as exportações, à medida que a maior parte dos produtos importados são provenientes da indústria de transformação. Nesse sentido, temos que a maior parte dos produtos importados passaram por algum sistema de produção que os transformaram em outros produtos, podendo ser bens intermediários ou produtos finais.

Gráfico 4 - Importação Brasileira Anual – US\$ FOB Milhões.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

De acordo com o gráfico 4 é possível verificar a baixa participação do setor da agropecuária nas importações brasileiras, no período 2004-2022 o setor manteve sua participação média de aproximadamente 2,3% no total das importações brasileiras. Já a indústria extrativa apresentou algumas oscilações em relação à sua participação média nas importações, visto que no período 2004-2014 o setor ampliou sua participação média chegando a ser 14,4%, após esse período houve redução na participação chegando a ser 8,1% em 2022. Em relação à indústria de transformação as taxas de participação se mostraram extremamente superiores em relação aos outros dois setores abordados, no período 1997-2018 a participação manteve-se na casa dos 80%, após esse período a participação aumentou chegando em 92% em 2020 e fechou 2022 com 89%.

Esse cenário contribui para o debate diante do processo de reprimarização da economia brasileira. Pois, como abordado por Cardozo (2018), ocorreu aumento na complexidade da pauta importadora aumentando a dependência brasileira nas importações de bens classificados com média-alta tecnologia. Em contrapartida, como abordado na seção anterior, a complexidade da pauta exportadora diminuiu aumentando as exportações de produtos intensivos em recurso naturais e trabalho.

Tabela 2: Principais Produtos Importados pelo Brasil 2008-2022 (US\$ FOB Milhões).

	2008	2013	2018	2022
Óleos combustíveis de petróleo	9.683.933.610	17.698.986.568	12.896.096.737	23.548.129.474
Válvulas e tubos termiônicos	4.334.096.963	5.333.096.819	5.734.572.746	11.497.355.107
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)	9.292.626.526	8.855.280.210	8.593.832.640	24.702.864.236
Medicamentos e produtos farmacêuticos	2.247.146.839	4.436.491.909	4.603.785.416	7.136.537.307
Partes e acessórios dos veículos automotivos	5.017.540.736	8.402.957.485	7.081.456.623	7.605.047.163
Motores e máquinas não elétricos, e suas partes	2.214.460.484	2.334.666.262	3.478.766.815	5.740.176.637
Veículos automóveis de passageiros	5.342.623.491	9.081.223.654	4.190.779.465	3.636.783.397
Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios	7.082.187.237	9.656.733.232	7.129.480.561	6.615.337.336

Compostos organo-inorgânicos	3.281.590.495	4.697.848.618	4.770.810.722	9.942.899.606
Máquinas e aparelhos elétricos	2.333.159.715	3.488.777.878	2.838.525.052	3.346.842.860

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

Diante da tabela 2 podemos analisar de forma desagregada os dez produtos que o Brasil mais importou entre os anos 2008 e 2022. É perceptível que os produtos mais importados são os produtos derivados do petróleo, apesar de os óleos de petróleo serem o segundo produto mais exportado pelo Brasil, ele também é importado em grande quantidade dentro da indústria de transformação, pois o Brasil não tem refinarias o suficiente para transformar o petróleo em combustíveis. O ano de 2013 foi marcado pelo processo de manutenção das plataformas de petróleo, resultando em queda na produção ao longo do ano em questão, conseqüentemente houve aumento da importação de combustíveis para atender a demanda da economia brasileira. Deste modo, entendemos que o Brasil exporta petróleo bruto e importa o produto final, que vai para o consumo. Além de os produtos derivados do petróleo serem classificados com média-baixa tecnologia da indústria de transformação.

Vale destacar a ampla importação de produtos da indústria de transformação intensivos em média-alta tecnologia, dentre eles podemos citar: “Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores”, “adubos ou fertilizantes químicos”, “medicamentos e produtos farmacêuticos”, “partes e acessórios dos veículos automotivos”, “motores e máquinas não elétricos, e suas partes”, “veículos automóveis de passageiros”, “equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios” e “máquinas e aparelhos elétricos”. Esses dados nos mostram como o Brasil ainda é dependente de importações de produtos industrializados.

Nesse sentido, podemos recapitular as ideias expostas por Prebisch (1949) que julgavam que devido ao fato de o progresso técnico ter sido mais acentuado na indústria do que na produção primária fez com que a produtividade dos grandes países aumentasse, estimulando a demanda por produtos primários originários, principalmente, da periferia latino-americana. Para o autor os termos de troca são desfavoráveis, pois os preços dos produtos primários diminuem em relação aos dos produtos manufaturados e produtos finais.

Além disso, podemos notar que há uma relevante importação de bens de capital, esse, se importado em excesso, pode levantar debates e desafios para uma economia. A importação excessiva de bens de capital pode acabar gerando dependência externa; pode causar déficit na

balança comercial, que pode ser insustentável ao longo do tempo; os países exportadores de bens de capital podem ter efeito sobre a indústria nacional; vulnerabilidade a flutuações cambiais; diminuição da autonomia tecnológica etc.

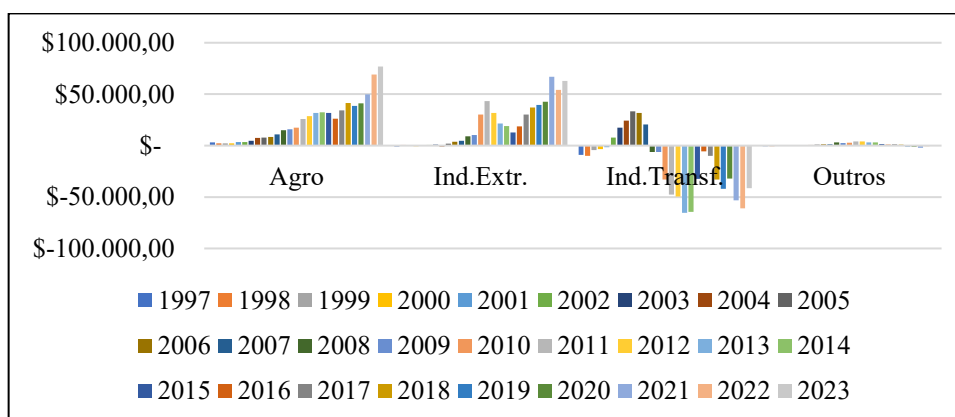
Como abordado por Carvalho (2015), o aumento nas importações de bens de capital nos mostra as limitações da indústria brasileira em abastecer o mercado interno. Sendo assim, os produtores nacionais utilizam do mercado externo em busca dos bens de capital, elevando as importações do setor, como consequência temos a dependência dos bens de capital na pauta importadora.

A diversificação dos itens importados demonstra a complexidade da economia brasileira. Contudo, é compreendido que diferentes setores dependem de insumos variados para garantir seu funcionamento e crescimento contínuo. Ao contrário do que foi alcançado a partir dos dados referentes à pauta exportadora brasileira, os produtos que lideram o *ranking* da pauta importadora são os intensivos em média-alta tecnologia. Portanto, fica evidente que os produtos primários e básicos, os quais são intensivos em recursos naturais e baixa intensidade tecnológica, lideram a pauta exportadora brasileira, em contrapartida a pauta importadora está cada vez mais dependente de produtos intensivos em média-alta tecnologia.

3.4. Análise do Saldo Comercial Setorial

O gráfico a seguir refere-se ao saldo comercial setorial, a partir deste gráfico é possível observar o impacto dos aumentos ora das exportações ora das importações na balança comercial.

Gráfico 5 - Saldo comercial setorial, 2008 - 2022 (US\$ FOB Milhões).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

Por meio do gráfico 5 é possível notar que a categoria que mantém a balança comercial brasileira superavitária são os saldos do setor da agropecuária e indústria extrativa, ou seja, por mais que a pauta importadora seja majoritariamente composta por produtos com intensidade tecnológica elevada, as exportações, que por sua vez é composta por produtos intensivos em recursos naturais, conseguem suprir os gastos com as importações. Diante da série histórica analisada, o pico superavitário do setor da agropecuária ocorreu em 2022 com US\$ 76.984 bilhões.

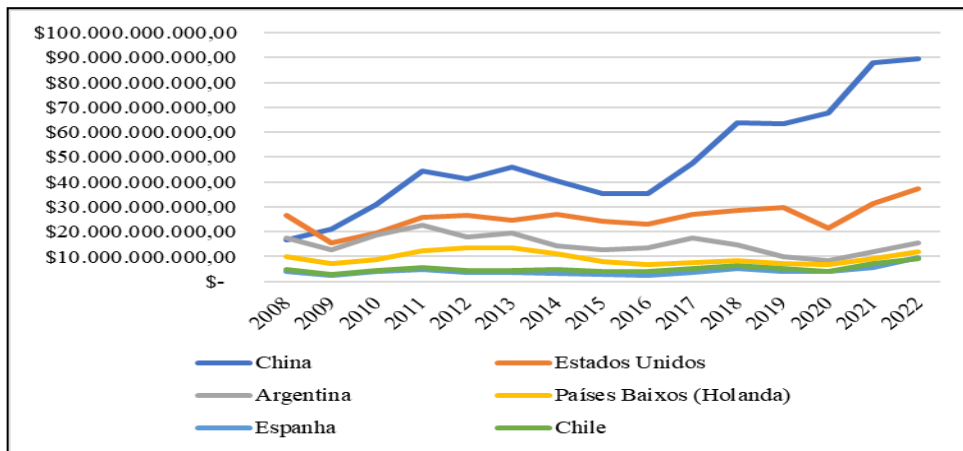
O saldo referente à indústria de transformação foi positivo apenas durante o período 2002-2007, após este período o saldo tornou-se negativo e persistiu até os anos atuais. O saldo deficitário a partir de 2008 pode ser explicado pelas consequências causadas pela crise internacional, quando o país passou a exportar mais produtos primários e intensivos em recursos naturais e passou a depender da importação de produtos intensivos em média-alta tecnologia. Além disso, o perfil dos produtos importados da indústria de transformação em grande parte são bens intermediários ou produtos finais caracterizados com média-alta intensidade tecnológica.

De acordo com os dados e informações apresentadas até aqui, podemos considerar a ocorrência de um possível processo de primarização da pauta exportadora e que os saldos positivos gerados na balança comercial são dependentes dos saldos positivos gerados pela agropecuária e indústria extrativa.

3.5. Principais Parceiros do Brasil

A última análise da terceira seção deste trabalho abordará os principais destinos das exportações brasileira.

Gráfico 6 - Principais Destinos das Exportações Brasileiras, 2008 a 2022 (US\$ FOB Milhões).

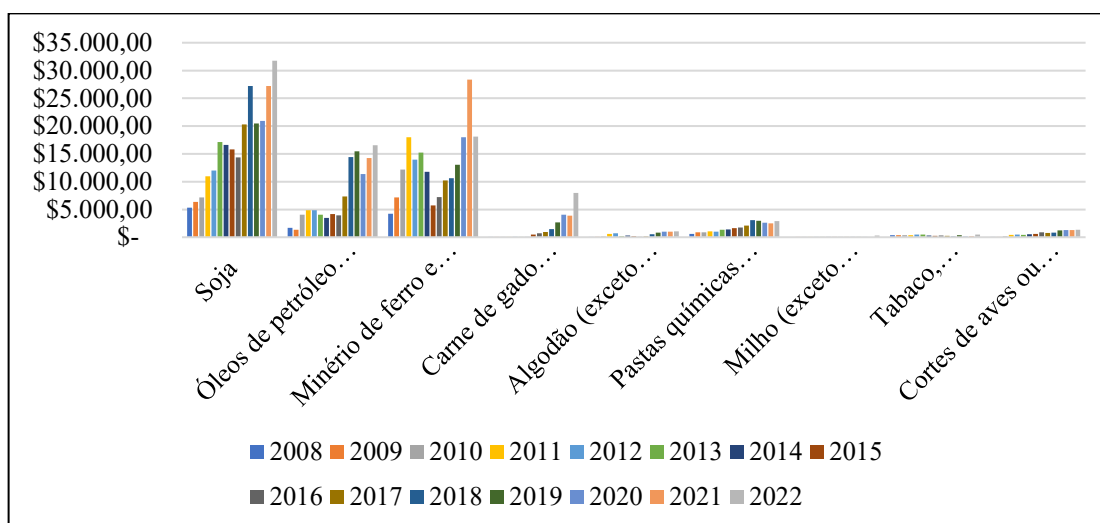


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

Diante do gráfico 6 podemos notar que até meados de 2008 o principal comprador dos produtos brasileiros eram os Estados Unidos. Porém, a crise financeira global, iniciada em 2007, decretou perda de dinamismo das principais economias e junto ao rápido crescimento chinês que resultou em uma maior demanda externa, fez com que a China ultrapassasse os Estados Unidos e se tornasse o maior importador dos produtos brasileiros. Entre 2002 e 2008 o Brasil ajustou as relações comerciais com a China e aumentou ainda mais sua participação global como exportador de *commodities*.

Em 2008 as exportações para os Estados Unidos chegaram à US\$ 26.547 bilhões, no ano seguinte essas exportações caíram para US\$ 15.598 bilhões. Já em relação às exportações feitas com destino à China, em 2008 as exportações resultaram no valor de US\$ 16.519 bilhões, praticamente US\$ 10.000 bilhões a menos em relação as exportações feitas pelos EUA no mesmo ano. Em 2009 as exportações para a China ultrapassaram as exportações para os Estados Unidos chegando no valor de US\$ 20.994 bilhões, a partir daí as exportações para a China tiveram uma trajetória crescente.

Gráfico 7 - Principais Produtos Exportados para a China 2008-2022 (US\$ FOB Milhões).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Comex Stat (2024).

O gráfico 7 expõe os principais produtos que o Brasil exporta para a China. Recapitulando o que foi apresentado anteriormente, a demanda de outros países influencia no aumento da produção de *commodities* primárias. Sarti e Hiratuka (2017) abordaram que o desenvolvimento econômico atingido pela China a posicionou como um grande importador de insumos e matérias-primas industriais. Já Cano (2012) aponta que a relação Brasil e China passou a ter a forma clássica da relação centro-periferia, com a pauta importadora chinesa constituída de produtos primários.

Os bens básicos são a principal categoria em relação às exportações para a China, o que é resultado da alta demanda da China pelas *commodities* brasileiras, principalmente a soja, petróleo, minérios de ferro e carne bovina. Os dados do gráfico 7 mostram que a regressão da pauta exportadora brasileira é grave, visto que, todos os nove produtos presentes no gráfico são bens básicos e intensivos em recursos naturais.

O crescimento dos volumes exportados para a China demonstra a importância do país para o comércio do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar o comércio internacional brasileiro para assim conseguirmos compreender como o processo de abertura comercial, a política macroeconômica e a estrutura de comércio brasileira influenciaram as características da inserção comercial

brasileira. Para esse objetivo, foram analisados dados referentes à evolução da balança comercial, exportações, importações e parceiros comerciais.

Com o processo de abertura comercial os fluxos comerciais se intensificaram culminando para o crescimento do setor agrícola. O gráfico 3 nos mostra, a partir dos anos 2000, que a participação do setor da indústria de transformação no total das exportações brasileiras apresentou uma trajetória decrescente, enquanto os setores da agropecuária e indústria extrativa apresentaram trajetória crescente. Essa tendência se manteve até 2022, onde os setores da agropecuária e indústria extrativa se mostraram mais presentes nas exportações

Diante dos dados obtidos é possível observarmos que durante toda a série histórica analisada, com exceção dos anos de 2013 e 2014, a balança comercial foi marcada por saldo superavitário. Esta exceção ocorrida entre 2013 e 2014 pode ser explicada pela queda nos preços das *commodities*, a crise econômica que a Argentina enfrentava e os gastos com combustíveis.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, podemos verificar que as exportações intensivas em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica, principalmente a soja, óleos de petróleo e minério de ferro, tiveram crescimento elevado na pauta exportadora brasileira. Em contrapartida houve crescimento de bens de média-alta intensidade tecnológica na pauta importadora. Ou seja, se por um lado o Brasil fica dependente das exportações de bens primários, por outro ele é dependente de importações de bens com maior conteúdo tecnológico.

Além disso, foi observado uma relevante participação dos bens de capital na pauta importadora. Como abordado por Carvalho (2015), os produtores nacionais buscam por bens de capital no mercado externo, em decorrência da indústria brasileira não conseguir abastecer o mercado interno. Para Fajnzylber (1983), a importação de bens de capital pode ser estratégica para a industrialização de um país, mas também pode levar à dependência externa e à vulnerabilidade econômica, caso a capacidade de produção interna não seja desenvolvida ao longo do tempo.

Como abordado anteriormente, o aumento na produção e exportações de *commodities* está diretamente ligado com o crescimento chinês. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, sendo assim, as exportações do Brasil para a China são lideradas por *commodities*. Como exposto por Prates e Marçal (2008), a alta demanda da China por bens primários fez com que

os preços das *commodities* aumentassem, o que resultou em uma maior especialização da pauta exportadora em produtos intensivos em recursos naturais (OREIRO, FEIJÓ, 2010).

Portanto, como exposto na segunda seção deste trabalho, o debate sobre a reprimarização da economia brasileira foi introduzido diante da redução das exportações de produtos manufaturados em detrimento do aumento dos produtos básicos. Sendo assim, diante da literatura e dos dados apresentados, observamos que a inserção comercial brasileira reforçou a característica de ser um país exportador de produtos primários e de baixo valor agregado, contribuindo para o processo de reprimarização.

Nesse sentido, pode-se concluir que o processo de reprimarização está ocorrendo na pauta exportadora brasileira na medida em que os bens primários lideram as exportações feitas pelo país. Ademais, essa alta participação dos bens primários pode acarretar problemas futuros para a economia brasileira, pelo fato de os preços das *commodities* serem definidos pelo mercado externo. Ou seja, uma queda no preço das *commodities* pode afetar negativamente o saldo comercial, uma vez que países dependentes de *commodities* fazem com que sua economia interna seja influenciada pelos preços destes produtos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Arthur de (2013). Efeitos da abertura econômica no Brasil dos anos 1990 em duas perspectivas comparadas. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 1, n. 2, 2013.
- AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 43-82.
- CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.
- CARDOZO, Soraia Aparecida. **Desindustrialização e reprimarização: um olhar para a estrutura industrial brasileira nos anos 2000 a partir da Nova Divisão Internacional do Trabalho**. n: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23. 2018, Niterói. Anais [...] Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2018.
- CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Campinas: EdUNESP/EdUNICAMP.
- CARVALHO, Polliany Aparecida Lopes de (2015). *Uma análise do setor de bens de capital no Brasil no período recente*. Uberlândia, 2015. 87 f. Tese Mestrado (Curso Ciências Econômicas). UFU, 2015.
- FAJNZYLBER, F. (1983) **La Industrialización trunca de America Latina**. México: Centro de Economía Transnacional (CET) — Editorial Nueva Imagen.
- FAJNZYLBER, F. (2000). *Industrialização na América Latina: Da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”*. In: BIELCHOSWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Cofecon/Record, p. 851-886.
- GIAMBIAGI et al. **Economia brasileira contemporânea (1945 – 2015)**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

GONÇALVES, José S. **Reprimarização ou Desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010.** Análises e Indicadores do Agronegócio v. 6, n. 12, dezembro. 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. esp., p. 1-19, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimento às Avessas. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>>

LAMOSO, Lisandra Pereira. **Reprimarização no Território Brasileiro.** Espaço e Economia [Online], v. 19, 19/2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>>

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, (8): 143-81, jun. 1997.

MARTINS NETO, Guilherme. Transformações da Pauta Exportadora Brasileira Durante o Período 2000-2022. 2023. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

MOREIRA, Uallace. **Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa.** *Revista de Economia Política*, vol. 32, nº 2 (127), pp. 213-228, abril/junho. 2012.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. Reprimarização ou Dependência Estrutural de Commodities: o debate em seu devido lugar. *Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política (ENEP)*, São Paulo. 2009.

OLIVEIRA, Pétala Rodrigues de; GOMES, Leandro. **A EVOLUÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NO PERÍODO 1999-2014.** *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 4, n. 1, jan./jun. 2018.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr./jun. 2010.

PAIVA, Cristina Fernandes de. **ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: IDÉIAS DE IDEIAS DE FERNANDO FAJNZYLBER PARA A AMÉRICA LATINA.** -Campinas, SP: [S.N.], 2006.

PIRES, M. C. O lugar da periferia na nova economia mundial. *Cadernos de Estudos Culturais*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 8, p. 123 – 138, jul./dez. 2012.

PRATES, Daniela; MARÇAL, Emerson Fernandes. O papel do ciclo de preços das commodities no desempenho recente das exportações brasileira. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p. 163-191, mar. 2008.

PREBISCH, Raul (1949 [2000]) “**O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**”. In: BIELCHOSWSKY, Ricardo (Org). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Cofecon/Record, p. 69-136.

REZENDE, Luiz Paulo Fontes de; CORDEIRO, Luciana Maria; FIALHO, Tânia Marta (2017). **DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1996-2013.** *SODEBRAS*, v. 12, n. 137, p. 24–28, maio, 2017.

ROCHA, Márcio Ferreira. Completar ou reestruturar a industrialização? Um debate entre Aníbal Pinto, Celso Furtado e Fernando Fajnzylber a respeito das alternativas abertas para a problemática cepalina da industrialização nas décadas de 1960 e 1970. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (29), p. 24-49, jul./dez. 2019.

SARQUIS, José Buainain Sarquis. *Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil.* FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. 2011.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. *Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros.* Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 187, janeiro 2011.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 37, n. 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março/2017.

SOUZA, Érica Bernardes de. **PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL**. Passo Fundo, 2017. 62 f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2017.

SOUZA, Túlio Assis; VERÍSSIMO, Michele Polline. O papel das commodities para o desempenho exportado brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição (1963 [2000]). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELCHOSWSKY, Ricardo (Org). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Cofecon/Record, p. 217-238.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 1 (130), p. 82-101, jan./mar. 2013.